



ANÁLISE DO PLANO DE PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS

RAFAELA RIOS

Universidade Federal de Santa Maria
rafaelarios@unipampa.edu.br

VÂNIA MEDIANEIRA FLORES COSTA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
vania.costa@ufsm.br

LUCAS ALMEIDA DOS SANTOS
Universidade Federal de Santa Maria
luksanttos@gmail.com

GEAN CARLOS TOMAZZONI
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
gean.tomazzoni@gmail.com

JANISSE APARECIDA JANISSEK
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
janicejanissek@gmail.com

Resumo

O cumprimento e acompanhamento do plano de permanência e êxito dos estudantes tem sua justificativa pautada nas metas que auxiliem a redução dos índices de evasão e retenção, bem como viabilizar a igualdade de oportunidades, promover a inclusão social pela educação, além de contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico. Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar como estão sendo desenvolvidas as ações de permanência dos estudantes, por parte das Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil. Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso, com uma abordagem qualitativa, e de caráter exploratório-descritivo, no qual foram analisadas 14 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) de diferentes Regiões do Brasil, por meio de um questionário enviado aos gestores das instituições participantes, com questões voltadas a assistência estudantil e tendo com construção dos a técnica de análise de conteúdo. Como principais resultados, percebeu-se que as ações realizadas no Plano de Permanência contribuem para promover resultados quanto à permanência e ao sucesso acadêmico dos alunos, porém destaca-se que estes não são os únicos fatores a serem considerados pela gestão, sendo necessário maior controle e investimentos para que os estudantes tenham outras possibilidades de permanência nas IFES.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Ensino Superior; Avaliação.

Introdução

A educação brasileira, atualmente, tem se apresentado como uma possibilidade concreta de mobilidade social, que na concepção de Peixoto (2004), esta fomenta a inclusão social de camadas desfavorecidas da população tornando-se pauta prioritária para as políticas públicas, na perspectiva da expansão e democratização do acesso ao ensino superior, bem como no enfrentamento das desigualdades econômicas e sociais do país. Ademais, a autora supracitada acrescenta que além de definir o grau de desenvolvimento de uma nação, a educação é determinante no processo de construção da cidadania, devendo prover aos indivíduos condições tanto para a geração de empregos quanto para a qualificação com vistas à inserção no mercado de trabalho, como também para que possam “participar, em situação de igualdade, da riqueza social, econômica, política e cultural coletivamente construída” (PEIXOTO, 2004, p.11).

Azambuja (2010) salienta que foram vários os esforços governamentais com o objetivo de democratizar o ensino superior, no qual Oliveira et. al (2012) corroboram citando alguns destes esforços de ampliação das medidas de acesso, como a implantação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a adoção da política de ações afirmativas (cotas raciais e sociais) e a criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Contudo, conforme Malacarne (1997) explica, mesmo nos casos de instituições públicas, os custos para a subsistência do aluno e/ou aqueles relativos à sua formação podem inviabilizar sua permanência na universidade. Assim, é fundamental que o poder público viabilize assistência ao aluno em vulnerabilidade socioeconômica, por meio de políticas públicas, a fim de evitar a descontinuidade deste nos estudos. Nesta perspectiva, Azambuja (2010) comenta que os programas de assistência estudantil vêm ganhando destaque na conjuntura nacional, como condição necessária para o sucesso da política de democratização do ensino.

Considerando a ampliação nos investimentos em assistência estudantil por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e o estabelecido em sua legislação, o Decreto Presidencial nº 7234/2010, no que tange à fixação de mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES pelas instituições federais de ensino superior (Art. 5º), esta pesquisa tem por temática as ações subsidiadas pela política de assistência estudantil. Diante do exposto, o presente estudo tem por objetivo analisar como estão sendo desenvolvidas as ações de permanência dos estudantes, por parte das Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil.

2 Políticas Públicas na Educação

Na literatura, de acordo com Rodrigues (2011) encontram-se diversas definições de políticas públicas, baseadas nos múltiplos referenciais teóricos (marxismo, elitismo, pluralismo, neoinstitucionalismo) e atores políticos (Estado, gestores públicos, sociedade civil organizada, cidadão comum). Para Dias (2012), é inegável, porém, que as políticas públicas afetam em diversos aspectos a nossa vida cotidiana, tais como saúde, educação, questões fiscais e monetárias, dentre outras.

Embora não haja um consenso quanto à definição do que seja uma política pública, apresentam-se alguns conceitos gerais. Para Secchi (2012, p. 2) uma política pública é “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Já para Dias (2012, p. 17) são “ações governamentais dirigidas a resolver determinadas necessidades públicas”. Angelim (2010, p. 2) comenta que “um dos desafios atuais é tornar a assistência estudantil uma política pública, superando sua condição atual de programa de governo que, como se sabe, é um terreno fértil

para o assistencialismo e fisiologismo político, avançando na concepção de direito de cidadania”.

Com base em Rodrigues (2011, p. 46), o modelo dos ciclos (ou processos de gestão) das políticas públicas vem “sendo amplamente discutido pelos especialistas como forma simples de compreender o processo de formação das políticas”.

De acordo com esse modelo, as políticas públicas são concebidas como um *processo*, composto por um conjunto de atividades (“etapas” ou “estágios”) que visam atender às demandas e interesses da sociedade. Essas atividades constituem-se de sistemas complexos de decisões e ações, tomadas por parte da autoridade legítima (ou instituições governamentais), de acordo com a lei. Entre essas atividades estão: preparação da decisão política, *agenda setting*, formulação, implementação, monitoramento e avaliação (RODRIGUES, 2011, p. 47)

Neste trabalho, interessa entender a etapa de avaliação. Para Sanches (2013, p. 1),

A avaliação é uma etapa de grande importância no que concerne o acompanhamento de programas sociais. Porém, muitas vezes, é relegado a um segundo plano ou mesmo apresenta deficiência de instrumentos metodológicos que possam verificar se tal programa está alcançando seus objetivos. A avaliação deve, com efeito, dar subsídios para a correção de rumos ou mesmo a mudança total na forma como um programa social está sendo executado. Assim, a avaliação não deve ser realizada somente ao final do processo, pois corre o risco de verificar tardiamente problemas que poderiam ter sido resolvidos anteriormente.

Nesta linha, cabe citar Cohen e Franco (1993), que subdivide a avaliação em dois momentos: “avaliação *ex-ante*”, realizada antes da implementação de um projeto; e “avaliação *ex-post*”, que pode ser realizada durante ou após a implementação de um projeto. Nesta pesquisa, emprega-se a abordagem de avaliação “*ex-post*”.

Na avaliação de programas sociais (dentre as quais se inclui as políticas no âmbito da educação), Mourão (2007) explica que é importante a definição de indicadores, que devem ser objetivamente mensuráveis ou verificáveis, para de fato avaliar os resultados obtidos. A autora ainda aborda que os indicadores são “medidas explícitas e objetivamente mensuráveis de mudanças induzidas” (p. 6). Cita também que existem vários critérios de avaliação, cada qual requerendo um enfoque diferente, como por exemplo, a eficiência, a eficácia e a efetividade.

Cada vez mais, a avaliação conforme Sanches (2013, p.4) “se torna importante como fonte de análise dos resultados de determinados projetos sociais, seja público, seja privado”. Além da prestação de contas com órgãos de fomento e com a sociedade (transparência), o autor comenta ainda que a avaliação tem sido condição necessária para a captação e liberação de recursos, e por isso, a avaliação deve debruçar-se no rigor dos procedimentos metodológicos de coleta e de análise de dados.

Estes conceitos fazem parte do cotidiano da Administração, o que denota a importância do papel deste profissional também em áreas como a gestão educacional. De modo muito pertinente, Sanches (2013, p. 3) esclarece, contudo, que estes conceitos oriundos da administração ainda causam estranheza “quando distantes do universo corporativo”. Contudo, para o autor, no processo educacional, a avaliação sempre esteve presente, mas apenas no sentido de avaliar o aprendizado de um modo geral. O que ocorre na universidade pública seria um reflexo do que ocorre em outras esferas.

No entanto, outras ferramentas de avaliação ainda são pouco exploradas, como a auto avaliação e a avaliação externa, e sofrem com a resistência e a falta de continuidade. Sanches (2013) cita um estudo realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em que se constatou que os bolsistas dos programas de assistência não apresentaram diferença no

desempenho acadêmico, quando comparados aos demais. Neste estudo revela-se, aliás, que os estudantes beneficiários “concluíram seus cursos em menor tempo e apresentaram menor percentual de abandono, de reopção e de trancamento de matrícula” (p. 9).

Outros estudos semelhantes, realizados pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade de Brasília (UnB), Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Pelotas (UFPe) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU), demonstraram, segundo Sanches (2013, p. 9) que “os estudantes de baixa condição socioeconômica, que fazem parte de algum programa de apoio nessas instituições, tiveram rendimento acadêmico superior aos demais estudantes”.

A seguir aborda-se a política de assistência estudantil, e como se dá a avaliação segundo os dispositivos legais.

3 Programa Nacional De Assistência Estudantil

A política governamental de democratização do acesso ao ensino superior, vigente a partir de 2007, segundo Azambuja (2010) e Rios (2011), possibilitou o amplo ingresso de estudantes de camadas sociais menos favorecidas economicamente.

É necessário prover condições não apenas para que haja geração de empregos e para que os indivíduos estejam qualificados para se inserirem no mercado de trabalho, como também para que eles possam participar, em situação de igualdade, da riqueza social, econômica, política e cultural coletivamente construída. Nesse sentido, nos seus diversos aspectos (pobreza, etnia, gênero, etc), a inclusão social se insere entre os temas prioritários do discurso político contemporâneo, como instrumento de constituição de cidadania plena e de consolidação da democracia em bases justas (PEIXOTO, 2004, p. 11).

Dentre as medidas adotadas, para Azambuja (2010) e Rios (2011), encontra-se o lançamento, em 2007, do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que

Permite uma expansão democrática do acesso ao ensino superior, o que aumentará expressivamente o contingente de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade pública. O desdobramento necessário dessa democratização é a necessidade de uma política nacional de assistência estudantil que, inclusive, dê sustentação à adoção de políticas afirmativas. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) consolida o REUNI (PDE, 2007, p. 26).

A Pesquisa Nacional do Perfil Discente, realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitário e Estudantis (FONAPRACE) no ano de 2010, revelou que 43,7% dos estudantes das Universidades Federais pertencem às classes C, D e E (ANDIFES, 2011; FONAPRACE, 2012), ou seja, que quase a metade dos estudantes pertence às classes populares. Mesmo nos casos de instituições públicas, que para Malacarne (1997) teoricamente não há custos presentes para o aluno, os custos para a subsistência do aluno e/ou àqueles relativos à sua formação podem inviabilizar sua permanência na universidade.

Para Araújo e Bezerra (2007, p. 2) a “gratuidade do ensino é uma condição necessária, mas não suficiente, para que os alunos com baixa renda possam frequentar a universidade e atender às exigências acadêmicas [...]”. Assim, é fundamental que o poder público viabilize assistência ao aluno em vulnerabilidade socioeconômica, por meio de políticas públicas. Para Santos e Cerqueira (2009, p.1) o “processo de democratização se iniciou pela ampliação do número de vagas, e não experimentou, na mesma proporção, a garantia de condições de permanência a segmentos historicamente excluídos”.

As discussões acerca da relevância da política de assistência estudantil se intensificaram nos últimos anos. Conforme Alves (2013), a pressão do FONAPRACE, em parceria com os estudantes, levou o governo a implementar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e a partir de então, a política de assistência ganha espaço permanente na agenda governamental e recebe recursos específicos para assistir aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Em 12 de dezembro de 2007, foi instituído o PNAES, pelo Ministério da Educação (MEC), a partir da Portaria nº 39/2007. E, em 19 de julho de 2010, a Presidência da República emitiu o Decreto nº 7.234/2010, que se tornou o marco nacional para esta política.

O PNAES tem por objetivos democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar a desigualdade social e regional; agir preventivamente nas situações de retenção e evasão; viabilizar a igualdade de oportunidades, promover a inclusão social pela educação; e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico (Brasil, Decreto nº 7.234/2010).

O PNAES atribui às instituições federais de ensino superior a responsabilidade pelo desenvolvimento de ações de assistência estudantil. Estipula, contudo, as áreas em que estas ações devem ser desenvolvidas: moradia; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Decreto nº 7234/2010). Já no Quadro 1 constam as áreas consideradas estratégicas pelo FONAPRACE para o desenvolvimento de uma política efetiva de assistência estudantil, apresentadas por linhas temáticas e com a sugestão de órgãos que devem estar envolvidos na execução (ANDIFES, 2008).

Quadro 1 – Áreas estratégicas do Plano Nacional de Assistência Estudantil

Áreas	Linhas Temáticas	Órgãos Envolvidos
Permanência	-Moradia -Alimentação -Saúde (física e mental) -Transporte -Creche -Condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais	- Assuntos Estudantis - Ensino - Pesquisa - Extensão
Desempenho Acadêmico	- Bolsas - Estágios remunerados - Ensino de Línguas - Inclusão Digital - Fomento à participação político-acadêmica - Acompanhamento psicopedagógico	- Assuntos Estudantis -Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa e extensão -Parcerias com órgãos públicos e entidades com fins sociais
Cultura, Lazer e Esporte	-Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais - Acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer	- Assuntos Estudantis - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa, extensão e cultura - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil

Assuntos da Juventude	<ul style="list-style-type: none"> - Orientação profissional, sobre mercado de trabalho - Prevenção a fatores de risco - Meio ambiente - Política, Ética e Cidadania - Saúde, Sexualidade e Dependência Química 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil
-----------------------	--	--

Fonte: extraído de ANDIFES (2008, p.16).

Devem ser atendidos pelo PNAES os estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial, oriundos da rede pública de educação ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio nacional (Brasil, Decreto nº 7.234/2010). Além destes critérios, as instituições federais de ensino superior podem fixar outros requisitos. Importante observar que este decreto também estabelece que “deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão [...]” (Decreto nº 7234/2010, Art. 3º), rompendo com o caráter assistencialista da política, e inserindo-a na práxis acadêmica.

Desde sua criação, as IFES recebem anualmente recursos do PNAES para desenvolver as ações de assistência estudantil. A cada ano, há um incremento no investimento em assistência estudantil, através do PNAES. Por isso, a avaliação destes programas, assim como dos programas sociais no geral, permite verificar se de fato atendem ao interesse da população atendida, bem como denotam transparência na utilização do recurso público.

No decreto do PNAES, cabe à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos a serem beneficiados, bem como criar mecanismos de acompanhamento e avaliação da execução do Programa. Para Sanches (2013), os avanços quanto ao financiamento e a amplitude dos programas de assistência estudantil são perceptíveis, mas alerta para o fato de que não há clareza quanto às metodologias de avaliação do Programa. No FONAPRACE identifica-se que este é um dos desafios:

[...] desafio que o FONAPRACE deve enfrentar de imediato é a elaboração de instrumentos e indicadores de avaliação do PNAES em cada uma das instituições federais (p.186).

Já para Assis, et al (2013, p.140),

Para adequar os serviços oferecidos ao orçamento e à necessidade dos alunos, é fundamental uma metodologia de acompanhamento e avaliação da política. Para isso, as instituições devem criar e definir conceitos, princípios, critérios, procedimentos e indicadores para promover sua Autoavaliação (SOBRINHO, 2003). Segundo o FONAPRACE (2012), também é fundamental que a avaliação inclua a opinião dos discentes e demais pró-reitorias, de forma continuada, sobre a dinâmica dos serviços e os projetos realizados.

Neste sentido, Arcoverde (2010 apud AZAMBUJA, 2010, p.53; RIOS, 2011, p.17) salienta que não bastam esforços de ampliação dos investimentos em assistência, sem um esforço de planejamento e análise, monitoramento e avaliação, necessários à execução da política pública, para que os objetivos sejam alcançados.

Método do Estudo

Para alcançar o objetivo proposto, nesta pesquisa considerou-se adequada a realização de um estudo de caso, com uma abordagem qualitativa, e de caráter exploratório-descritivo, conforme classificação apresentada por Gerhardt e Silveira (2009, p. 31-42). Campomar

(1991, p.96) considera este método relevante para a pesquisa em Administração, e apresenta o conceito de Yin (2001) como mais adequado: “o estudo de caso é uma forma de se fazer pesquisa social empírica ao investigar-se um fenômeno atual dentro de seu contexto de vida real, onde as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas”.

A presente pesquisa realizada junto às Universidades Federais de Ensino Superior do Brasil iniciou com a identificação destas, por meio de consultas realizadas no e-MEC, vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Como critérios de busca no e-MEC optou-se por expressões como “instituição de ensino superior”, categoria administrativa “pública federal”, organização acadêmica “universidade” e situação “ativa”, obtendo-se uma relação total de 63 IFES. Posteriormente, foram acessados, por meio dos *sites* das instituições relacionadas, o contato dos órgãos responsáveis pela assistência estudantil, no qual, o convite para a participação na pesquisa foi enviado a todos os gestores, via e-mail institucional e/ou do setor, uma vez que, de todos os participantes, 14 gestores de assistência estudantil de diferentes IFES participaram da pesquisa, identificados pelo código E1 a E14.

No que tange a coleta de dados utilizou-se um questionário, no qual, primeiramente, prestou-se esclarecimentos aos gestores acerca dos objetivos da pesquisa e sobre os procedimentos para preenchimento do mesmo e posteriormente as questões de identificação e as específicas para cada sujeito. Para a construção dos instrumentos de pesquisa, apoiou-se largamente em instrumentos avaliativos já desenvolvidos e validados. A versão do instrumento de pesquisa dos alunos foi adaptada dos modelos dos modelos de Rocha (2008), Alves (2010), Alves (2011), Araújo (2011), Fernandes (2012), Kowalski (2012) e Assis (2013). Buscou-se informações sobre a avaliação do Plano de Permanência e o reconhecimento dos sujeitos quanto à situação vivenciada pelos alunos, por meio de questões abertas.

Os questionários foram gerados com auxílio da ferramenta *Google Docs*, que além de possibilitar a aplicação *online* (oferecendo maior alcance e comodidade aos respondentes), dispõe as respostas em uma planilha do *Microsoft Excel*, facilitando a tabulação. Para análise dos dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, com base em Bardin (2010). Esta técnica representa um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção das mensagens, inferência esta que recorre a indicadores quantitativos, ou não (BARDIN, 2010).

5 Resultados

A abordagem feita aos gestores na primeira questão, questiona acerca de qual(is) ação(ões) são voltadas mais especificamente para a permanência dos estudantes de graduação em sua instituição, tendo os resultados agrupados por áreas. Para isso, considerou-se o Decreto nº 7.234/2010 (Art. 3º, § 1º), que determina que as ações do PNAES devem ser desenvolvidas nas áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Também se considerou o estabelecido no Plano Nacional de Assistência Estudantil (ANDIFES, 1998) que apresenta como áreas estratégicas para o desenvolvimento de uma política efetiva: Permanência, Desempenho Acadêmico, Cultura, Lazer e Esporte, e Assuntos da Juventude. As respostas foram sistematizadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Ações de permanência das IFES

Áreas	Linhas Temáticas	Ações citadas
-------	------------------	---------------

Permanência	Alimentação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Restaurante Universitário (alimentação subsidiada) ✓ Auxílio alimentação
	Moradia	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Residência/Moradia Estudantil ✓ Auxílio Moradia ✓ Alojamento
	Transporte	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Auxílio Transporte (citou-se também na modalidade Intermunicipal)
	Saúde (física e mental)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assistência à saúde/promoção à saúde; ✓ Atendimento psicológico; ✓ Atendimento odontológico; ✓ Atendimento oftalmológico; ✓ Atendimento médico; ✓ Atendimento de fisioterapia; ✓ Atendimento de nutrição; ✓ Atendimento psiquiátrico; ✓ Apoio na aquisição de medicamentos prescritos em exames médicos.
	Creche	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Auxílio creche
	Condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Programa Incluir/Núcleo de Acessibilidade/Unidade de Políticas Inclusivas ✓ Monitoria Inclusiva ✓ Bolsa de inclusão social (para alunos com deficiência)
	Outros	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Bolsa Permanência ✓ Auxílio Instalação ✓ Bolsa emergencial ✓ Auxílio manutenção ✓ Bolsa de assistência/apoio estudantil
Desempenho Acadêmico	Bolsas Estágios remunerados	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Bolsa de Mobilidade Internacional ✓ Monitorias ✓ Bolsa de Complementação Educacional
	Ensino de Línguas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Bolsa pedagógica para o estudo de idiomas estrangeiros
	Inclusão Digital	-
	Fomento à participação político-acadêmica	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Auxílio financeiro para participação em viagens de estudo e eventos esportivos.
Desempenho Acadêmico	Acompanhamento psicopedagógico	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Projetos de Acolhimento aos ingressantes ✓ Acompanhamento Pedagógico/orientação estudantil ✓ Projetos de Nivelamento ✓ Realização de pesquisas ✓ Apoio social e pedagógico ✓ Atendimento psico-social ✓ Acompanhamento Socioassistencial, Psicológico, Médico e Nutricional.
	Outros	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Material de Apoio Pedagógico ✓ Kits odontológicos (material de prática para alunos cotistas de Odontologia)/Auxílio material pedagógico instrumental odontológico
Cultura, Lazer e Esporte	Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Práticas esportivas e culturais ✓ Bolsa cultura
	Acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Programas esportivos de interação/Práticas esportivas e culturais/Promoção do esporte ✓ Bolsa de incentivo a atividades esportivas
Assuntos da Juventude	Orientação profissional, sobre mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ações de formação/qualificação no formato de palestras

	Prevenção a fatores de risco	
	Meio ambiente	
	Política, Ética e Cidadania	
	Saúde, Sexualidade e Dependência Química	

Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, no Quadro 2 verifica-se que as instituições apresentam ações similares de assistência básica de permanência, sendo que as demais ações possuem maior divergência entre as instituições. Naturalmente, o atendimento aos alunos em vulnerabilidade socioeconômica é o foco da política do PNAES, no entanto esta não é condição exclusiva para o desenvolvimento enquanto público atendido e ações a serem desenvolvidas.

A alimentação subsidiada oferecida em Restaurante Universitário, por exemplo, abrange todos os alunos. Observou-se que nas instituições pesquisadas não há ação relativa à inclusão digital, apesar de, possivelmente, todas essas instituições disporem de laboratórios de informática. Constatou-se também que, enquanto algumas IFES não citaram ações de saúde, outras mostraram que oferecem atendimentos de especialidades diversas. A fala do gestor da E5 sintetiza a análise feita desta questão:

[...] Compreendemos que a universidade deve dar subsídios para os acadêmicos com dificuldades financeira e também garantir outras formas de interação e desenvolvimento de um sentimento de pertença dos acadêmicos à Universidade.

Dando prosseguimento, investigou-se quais são as normas internas e os critérios que regem esta(s) ação(ões) de permanência, uma vez que, muitos gestores citaram os tipos de normativas relativas às ações, tais como regimento próprio, editais, avaliações dos programas de acordo com os critérios de desempenho, editais elaborados com base no PNAES, regulamentação, resoluções, portarias, regimentos, Estatuto das Residências Universitárias, Editais semestrais ou anuais de benefícios de permanência.

Quanto aos mecanismos de acompanhamento e avaliação adotadas pelas IFES com vistas ao cumprimento do Decreto nº 7.234/2010-PNAES, naquela(s) ação(ões) de permanência custeadas em parte ou no todo pelo PNAES, sendo esta uma das questões centrais desse estudo, podendo ser observado no Quadro 3 os mecanismos de acompanhamento e avaliação que foram citados com mais representatividade.

Quadro 3 – Mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES

Gestor	Descrição dos mecanismos de acompanhamento e avaliação
E2	<i>São realizados acompanhamentos por assistentes sociais</i>
E3	<i>[...] a comunidade acadêmica através dos nossos mecanismos de comunicação acompanha a execução orçamentária; Avaliação das equipes gestores e executoras, durante e ao término de cada processo; Auditoria interna; Consultoria jurídica [...]</i>
E4	<i>[...] acompanhadas pela equipe de serviço social e ainda em processo de construção dos indicadores / critérios para avaliação das políticas de assistência estudantil.</i>
E5	<i>[...] Recebemos relatórios [...], apontando os alunos com baixo rendimento acadêmico [...], que trancaram ou cancelaram a matrícula [...] fazemos vários encaminhamentos, tais como cancelar os auxílios dos que trancaram ou cancelaram a matrícula, convocar os alunos com baixo rendimento para sessões de acompanhamento pedagógico (os que não comparecem têm seus auxílios cancelados). [...]. Para o acompanhamento e avaliação dessas ações, realizamos reavaliações socioeconômicas periódicas do Setor de Serviço Social [...]; procedemos ao levantamento da retenção (reprovação) dos alunos assistidos e os convocamos para processo de acompanhamento pedagógico; realizamos projeto de nivelamento [...]</i>
E6	<i>Desempenho acadêmico.</i>

E8	<i>Criação de observatório de políticas afirmativas; Acompanhamento da evolução do estudante atendido; Verificação da taxa de evasão.</i>
E9	<i>[...] beneficiados são acompanhados pelos serviços:- social [...]; - pedagógico [...]; - psicológico [...]; - odontológico [...]. O processo de acompanhamento não é fragmentário, e sim multiprofissional, havendo coordenação e integração dos serviços para o alcance do objetivo da política de assistência estudantil, que é o êxito acadêmico do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica.</i>
E11	<i>Acompanhamento permanente da relação de bolsistas, repasses orçamentários e coeficiente acadêmico. Os beneficiários [...] são selecionados mediante avaliação socioeconômica [...] realizada por meio de indicadores socioeconômicos predefinidos pela equipe técnica de assistentes sociais da Pró-Reitoria [...]. Já o controle dos pagamentos efetuados é realizado pela Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF, que utiliza ferramentas interligadas para efetuar os pagamentos, tais como o Cadastro para Programas de Assistência Estudantil (CPAE), o Sistema de Restaurantes Universitários (SISRU), o Sistema de Controle de Bolsistas (SCB) e o Siafi.</i>
E12	<i>[...] Em relação ao acompanhamento do resultado destes programas, há comissões de avaliação destes nos campi da instituição, bem como estudos preliminares realizados pela Pró-Reitoria de graduação. [...] não há [...] resultados concretos destes estudos que avaliem em que medida as ações estão de fato auxiliando na permanência [...].</i>
E13	<i>[...] o estudante assistidos [...] tem que comparecer ao menos uma vez por semestre [...]. o assistente social verifica o contexto socioeconômico, as dificuldades sociais, econômicas, acadêmicas [...].bem como realiza o encaminhamento para outros profissionais da equipe multidisciplinar [...] ou para [...] rede [...]. - Estudos sobre o desempenho acadêmico dos estudantes assistidos [...], inclusive comparativos com os demais estudantes da Universidade. - Estudos sobre o tempo de integralização do curso pelo estudante assistido [...]. - Estudos sobre retenção e evasão, inclusive com levantamento de motivos [...]. - Perfil por curso dos estudantes assistidos [...]. - Impacto dos programas [...] na trajetória acadêmica [...] (em andamento).[...].</i>
E14	<i>Todo processo é regido por edital específico que prevê, dentre outros aspectos, como contrapartida o cumprimento de carga horária de 08 a 12 horas em atividades de ensino, pesquisa, extensão, tutoria [...] acompanhadas por docentes ou servidores técnicos administrativos [...] ou por profissionais da rede pública do município [...].</i>

Fonte: Dados da pesquisa.

Para estudo futuro sugere-se reescrever a questão ou desmembrá-la, tendo em vista que 3 IFES responderam sobre o fato de suas ações serem custeadas em parte ou no todo pelo PNAES, conforme expresso no relato a seguir:

Utilizamos todo o recurso do PNAES que se mostra insuficiente, exigindo a complementação de valor adicional pela instituição [...] (E10).

Destarte, solicitou-se que, caso a(s) ação(ões) já tenha(m) sido avaliada(s), sejam citados os principais resultados e conclusões da avaliação, e as metas vinculadas às ações de permanência, evidenciando que a avaliação ainda é um processo incipiente nas instituições. Salienta-se que de todas as IFES, cinco mencionaram uma ou mais das situações, sendo: metas ainda não fixadas; indicadores de avaliação em construção; resultados ainda não concluídos ou em análise.

Não foi feita nenhuma avaliação específica para essas ações. Estamos em processo de desenvolvimento de medidas de avaliação e estudo dos impactos dessas ações na vida dos acadêmicos e, especialmente, dos egressos (E7).

Outra questão abordada diz respeito a investigação do beneficiário desta política, quanto a permanência na instituição e o baixo rendimento acadêmico, no que tange a possível existência de algum tipo de acompanhamento por parte da instituição e qual(is) o(s) tipo(s) e

o(s) efeito(s) obtidos com esse acompanhamento. As respostas foram sistematizadas no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4 – Acompanhamento de aluno com baixo rendimento acadêmico

Gestor	Resposta
E1	<i>Sim. Oferecimento do benefício aos discentes mais vulneráveis socialmente e mais responsáveis academicamente</i>
E2	<i>Muito pouco ainda.</i>
E3	<i>Temos um Programa de Apoio Social e Pedagógico [...] em fase de implementação.</i>
E4	<i>Sim. Os discentes possuem acompanhamento social, psicológico e pedagógico que se mostram importantes mecanismos para avaliação das políticas e superação das dificuldades apresentadas pelos discentes.</i>
E5	<i>Sim [...] estamos buscando estratégias de enfrentamento da retenção/evasão [...]. Por exemplo, estamos realizando um projeto de nivelamento de conhecimentos, para alunos que têm mais de uma reprovação em cálculo I, nos cursos de Engenharia. [...]</i>
E6	<i>Caso um estudante tenha desempenho insuficiente em um semestre ele é incluído no programa de acompanhamento psico-pedagógico, visando a sua recuperação.</i>
E7	<i>Temos uma seção de apoio psicológico [...] e [...] ações de acompanhamento pedagógico, mas como está em fase inicial não temos ainda informações dos resultados.</i>
E8	<i>A Pró-Reitoria de Graduação [...] realiza esse acompanhamento para todos os alunos. A ProAP acompanha o rendimento e frequência dos alunos beneficiários [...].</i>
E9	<i>O processo de acompanhamento não é fragmentário, e sim multiprofissional, havendo coordenação e integração dos serviços para o alcance do objetivo da política de assistência estudantil, que é o êxito acadêmico do estudante [...]. Ao ingressar no programa [...] o estudante é recepcionado pelo serviço social (que avalia questões socioeconômicas) e é encaminhado para o serviço pedagógico (que avalia sua situação acadêmica e índice de rendimento acadêmico, fazendo as orientações e oficinas, individuais ou em grupo [...]) e ao psicológico [...]. O acompanhamento não encerra aí, principalmente no caso de estudantes com baixo rendimento acadêmico [...].</i>
E10	<i>Ainda não. Mas vamos conseguir.</i>
E11	<i>Sim, há o acompanhamento. [...] o Programa Caminhar [...] resultados positivos no rendimento acadêmico dos estudantes que aderem ao programa em detrimento ao que não aderem [...] e destina-se a oferecer acompanhamento pedagógico, psicológico e social aos estudantes [...] contempla prioritariamente estudantes assistidos com bolsas e residências estudantis [...], com coeficiente de rendimento semestral inferior a 5.0 (cinco) pontos, mas também é facultado aos demais discentes [...].</i>
E12	<i>Existem algumas ações individualizadas nos campi, mas nada institucionalizado. Estas ações são realizadas com os estudantes em geral, não apenas com beneficiários [...].</i>
E13	<i>- Acompanhamento socioassistencial e se for o caso psicológico. Mas, também há outros acompanhamentos realizados pela Universidade.</i>
E14	<i>Fazíamos o acompanhamento do rendimento acadêmico [...] inserindo-os em atividades de monitoria. Entretanto [...] não vinha ocorrendo uma efetividade [...] fizemos alterações. A partir de 2016 os discentes beneficiários [...] devem alcançar aprovação mínima de 08 créditos, dentre o mínimo de 16 créditos matriculados e deverá, obrigatoriamente, envolver-se em atividades de ensino, pesquisa ou extensão, sendo acompanhados durante todo o processo por um docente/servidor da Universidade.</i>

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nos relatos do Quadro 4 pode-se dizer que, enquanto são ações inexistentes ou incipientes para poucas IFES, o acompanhamento é realidade para outras. Além disso, percebeu-se que o acompanhamento para o aluno com baixo rendimento acadêmico não tende a ser apenas de natureza pedagógica, entrelaçando-se também ao psicológico e social, por exemplo.

O Quadro 5 refere-se as possíveis causas da evasão e/ou da retenção, ocorrendo com os estudantes beneficiários das ações de permanência, analisando também, se estas ocorrências são mais frequentes ou menos frequentes quando comparadas aos não beneficiários.

Quadro 5 – Causas da evasão e/ou retenção pelos beneficiários

Gestor	Resposta
E1	<i>[...] são muitas, ainda não é possível inferir causa ou efeito relacionados com as políticas de permanência</i>
E2	<i>[...] dificuldades de adaptação devido à base que vieram dos ensinos [...]</i>
E3	<i>[...] não se concentra em alunos do Programa de Permanência na comparação com os outros alunos. A evasão está em grande maioria concentrada na área de exatas. [...] necessário um acompanhamento pedagógico que respalde as lacunas deixadas pela educação básica.</i>
E4	<i>[...] nossas pesquisas estão em andamento e por isso ainda não conseguimos apontar para possíveis causas para evasão e retenção.</i>
E5	<i>[...] a retenção se deve à baixa qualidade da escola básica pública. A evasão ocorre com os consequentes fracassos acadêmicos e, muitas vezes, na postura de alguns docentes que se negam a aceitar que o perfil dos alunos das IFES mudou com a Lei de Cotas [...]. Entretanto, a retenção/evasão dos beneficiários [...] não é muito maior que a dos demais. [...] vários fatores [...] para a evasão [...] a forma de ingresso pelo SISU [...] desencadeia uma busca [...] por instituições mais próximas às casas de suas famílias; as lacunas de aprendizagem [...]; a imaturidade e despreparo dos jovens alunos [...]; as dificuldades dos alunos diante de docentes que adotam metodologias [...] não adequados [...]; as dificuldades financeiras da maioria das famílias de manter seus filhos [...]</i>
E6	<i>- Dificuldade de socialização; - Dificuldade de aprendizagem;- Insatisfação com o curso escolhido;- Problemas Psicológicos;</i>
E7	<i>[...] vão desde o desempenho dos docentes [...] acadêmicos ser oriundos de cidades do interior do estado e até de outros estados brasileiros, desinteresse pelo curso. Os benefícios de assistência são uma ferramenta para facilitar a permanência dos acadêmicos, mas, por si só, são insuficientes [...] para os casos de fragilidade econômica.</i>
E8	<i>[...] causas psicológicas, baixo rendimento acadêmico, inadequação ao sistema [...]</i>
E9	<i>Ainda precisamos avaliar criteriosamente a diferença nas taxas de retenção e evasão entre alunos beneficiados e não beneficiados.</i>
E10	<i>[...] - Problemas emocionais; - Dificuldade de acompanhar as matérias; - Dificuldade financeira [...]. Há problemas gerais, como a inadaptação ao curso ou questões familiares. [...] é certo que as premências financeiras, dificuldades de rendimento e as questões de saúde mental têm tido prevalência.</i>
E11	<i>[...] a situação socioeconômica não parece estar entre os principais fatores da evasão e retenção. Parece influenciar mais: identificação com o curso, gestão do tempo e organização para estudos, adaptação à cidade, saúde mental. Tais fatores não parecem ter uma incidência significativa de classe social. [...]</i>
E12	<i>[...] a repetência e evasão são causadas por múltiplos fatores, sejam eles sociais, psicológicos, emocionais, entre outros. Não se sabe informar se estas ocorrências são mais frequentes em beneficiários ou não dos programas.</i>
E13	<i>Há várias possíveis causas, desde problemas de saúde, não identificação com o curso, novas possibilidade a partir do SISU.</i>
E14	<i>[...] evasão possa ocorrer por insatisfação com o curso no qual esteja matriculado, por insuficiência de recursos financeiros (mesmo tendo sido contemplado pelo Programa) [...] uma pesquisa se faz necessária [...].</i>

Fonte: Dados da pesquisa.

Os relatos contidos no Quadro 5 indicam que as causas da evasão e da retenção nem sempre têm relação com o Plano de Permanência, sendo citados pelas IFES outros fatores que podem interferir nas causas analisadas, sendo: dificuldade de adaptação, fragilidade na

educação básica e dificuldades de aprendizagem, natureza do curso, aspectos didáticos, o novo modelo de ingresso (pelo SISU), dificuldades financeiras, questões familiares, problemas psicológicos, insatisfação com o curso, etc. No entanto, não foi possível identificar se as ocorrências em relação aos beneficiários são mais ou menos frequentes quando comparadas aos não beneficiários.

Referente aos principais desafios da política de assistência estudantil no contexto das políticas de ampliação de acesso e considerando o contexto/realidade institucional apontados pelos gestores, apresenta-se os resultados no Quadro 6.

Quadro 6 – Desafios da Política de Assistência Estudantil

Gestor	Resposta
E1	<i>Ampliação de recursos e implantação da cultura de assistência frente à comunidade [...]</i>
E2	<i>[...] transformar o decreto do PNAES em lei, para se transformar em Política de Estado. O Fonaprace já enviou o projeto, que tramita na Câmara dos Deputados. Necessidade de ampliação de recursos financeiros e humanos.</i>
E3	<i>[...] avançar no acompanhamento social e pedagógico [...] ser necessário mesmo, é essa política possa contribuir para que se formem profissionais mais humanos, que atendam com dignidade os usuários de seus serviços, que contribuam para mudar a sociedade.</i>
E4	<i>1. Garantir recursos financeiros proporcionais ao crescimento da demanda; 2. garantir recursos humanos proporcionais ao crescimento da demanda; 3. Transformar o decreto do PNAES em lei federal, transformando uma política de governo em política de Estado; 4. Criar, implementar e refinar os mecanismos de diagnóstico e avaliação das políticas [...]</i>
E5	<i>Recursos insuficientes para atendermos todos os alunos com renda per capita de até um salário mínimo e meio; as lacunas de aprendizagem com que chegam às IFES os alunos oriundos da escola pública; a falta de recursos e profissionais para ampliação da Assistência Estudantil, no que se refere às áreas previstas no PNAES.[...]</i>
E6	<i>[...] fazer com que toda a Comunidade Universitária entenda que a assistência estudantil é um investimento e não uma despesa e é direito do estudante.</i>
E7	<i>[...] atender ao número crescente de acadêmicos [...] (o sistema de cotas e SISU tem democratizado o acesso ao ensino superior, mas tem aumentado o número de vulneráveis econômicos) que extrapolam os recursos enviados pelo governo federal. Envolve também pensar em ações de promoção que não sejam apenas assistencialistas.</i>
E8	<i>Falta de recursos. Superação de barreiras psicológicas. Combate às diversas discriminações [...]</i>
E9	<i>As políticas de acesso foram desenvolvidas antes e em separado das políticas de permanência [...] fica a sensação de que as políticas de permanência estão "correndo atrás do prejuízo", pois nem sempre são abrangentes/inclusivas o suficiente [...]</i>
E10	<i>Há, ainda, severa falta de recursos e severa carência só profissionais necessários para garantir a proposta da política PNAES. O recurso (financeiro e humano) precisa ser compatível com as políticas afirmativas [...].</i>
E11	<i>Recursos orçamentários, pouca avaliação de resultados, práticas assistencialistas cristalizadas. Recursos e diretrizes bem definidas. Romper com o assistencialismo. Interferências externas ao setor.</i>
E12	<i>[...] atender a demanda [...] de um público crescente com maior necessidade socioeconômica na medida em que os recursos não acompanham esta demanda.</i>
E13	<i>Orçamento insuficiente para manter todas as ações, principalmente com o advento do SISU que tem contribuído para o aumento da demanda por acesso aos programas [...]</i>
E14	<i>Aumento da captação e aplicação de recursos próprios da Universidade, bem como do PNAES, na Assistência Estudantil. Garantir a permanência dos estudantes [...]</i>

Fonte: Dados da pesquisa.

Os relatos apresentados no Quadro 6 indicam a ampliação de recursos financeiros e humanos, a transformação da política em lei federal e a implantação da cultura da assistência estudantil na comunidade universitária como desafios mais citados.

6 Considerações Finais

Na perspectiva da expansão e democratização do acesso ao ensino superior e no enfrentamento das desigualdades econômicas e sociais do país, os programas de assistência estudantil vêm ganhando destaque na conjuntura nacional, como condição necessária para o sucesso dessa política. Considerando a ampliação nos investimentos em assistência estudantil através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e o estabelecido em sua legislação, o Decreto Presidencial nº 7234/2010, no que tange à fixação de mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES pelas instituições federais de ensino superior (Art. 5º), esta pesquisa tem por temática as ações subsidiadas pela política de assistência estudantil.

Concluiu-se com o estudo que, além da assistência estudantil, outros fatores influenciam na permanência e sucesso acadêmico, como fatores pessoais, fatores didático-pedagógicos, desafios estruturais das cidades etc. Assim, não basta um investimento maciço em assistência estudantil sem um monitoramento e enfrentamento dessas questões. Constatou-se também que as IFES buscam avançar no monitoramento e avaliação do PNAES, em um contexto de implantação recente do PNAES.

Além da relevância e atualidade do tema, pretende-se adicionar novo ângulo a essa pesquisa: o olhar do administrador, considerando o papel estratégico deste profissional nas organizações. Verificou-se, ainda, que dentre os estudos e pesquisas encontradas, não é comumente realizado o cruzamento entre avaliação de políticas de assistência estudantil ao acompanhamento de egressos. Esta pesquisa abarcou também os egressos, incluindo evadidos, como forma de averiguar o rebatimento da política de permanência na vida destes sujeitos.

Ao finalizar, percebe-se que o campo de pesquisa está em construção, com lacunas a serem investigadas. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir tanto para as organizações participantes, sobretudo para os alunos, bem como para o meio científico, colaborando com o avanço de pesquisas na área.

Referências

ALBARELLO, C. B. O papel do administrador na gestão pública. **Revista de Administração**, Frederico Westphalen, v. 5, n. 9, p. 49-71, dez./2006. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadeadm/article/view/878/1353>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

ALVES, A. S. **Evasão de alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IF-SC Campus Florianópolis**: propostas de controle. 2011. 207 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas)-Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2011.

ALVES, E. J. Análise da política de assistência estudantil da Universidade Federal do Tocantins a partir dos relatórios de avaliação institucional da CPA. In: Seminários Regionais, 2013, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: INEP, 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/seminarios_regionais/trabalhos_regiao/2013/norte/eixo_3/analise_politica_assistencia_estudantil_unifederal_tocantins.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2016.

_____. **Avaliação do programa bolsa permanência na Universidade Federal do Tocantins, Campus de Palmas**. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado Profissional de Avaliação de Políticas Públicas)-Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

ANGELIM, I. C. S. Política de assistência estudantil na universidade pública: desafios para construção de uma concepção de direito de cidadania. In: III Seminário Políticas Sociais e Cidadania, 2010, Salvador. **Anais...** Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2010.

Disponível em:
< www.interativadesignba.com.br/III_SPSC/arquivos/sessao7/199.pdf>. Acesso em:
25 fev. 2016.

ARAÚJO, J. C. F. **Avaliação da política de apoio ao estudante desenvolvida pela Unirio: o Projeto de Bolsa Permanência**. 2011. 74 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação)- Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2011.

ARAÚJO, F. S.; BEZERRA, J. C. B. Tendências da política de assistência ao estudante no contexto da reforma universitária brasileira. In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2007, São Luís-MA. **Anais...** São Luís: UFMA, 2007. Disponível em:
<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/cff899684c7ef149b573Fabr%C3%ADcia%20Silva%20de%20Ara%C3%BAjo.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

ASSIS, A. C. L. **Desafios e possibilidades da política de assistência estudantil da UFJF**. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

ASSIS, A. C. L.; SANABIO, M. T.; MAGALDI, C. A.; MACHADO, C. S. As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina**, vol .6, n.4, p. 125-146, 2013.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. Brasília/DF. 2011. Disponível em:
<http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2016.

AZAMBUJA, E. F. **As Perspectivas Conceituais da Política de Assistência Social Evidenciadas nas Ações de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)**. 2010. 70 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social)- Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4.ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARROS, C. M. **Gestor público: uma análise das principais competências requeridas nos dias atuais**. 2009. 42 p. Trabalho de conclusão de curso (Curso Intensivo de Pós-Graduação em Administração Pública)-Fundação Getúlio Vargas, Belo Horizonte, 2009. Disponível em:
<<http://www.der.mg.gov.br/images/TrabalhosAcademicos/caetano%20magalhaes%20de%20barros%20monografia.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF, 2010. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 12 ago. 2016.

CAMPOMAR, M. C. Do uso de “estudo de caso” em pesquisas para dissertações e teses em administração. In: **Revista de Administração**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 95-97, jul/set 1991.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

FERNANDES, N. G. O. **A política de assistência estudantil e o programa nacional de assistência estudantil: o caso da Universidade Federal de Itajubá**. 2012. 234 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-12112012-143546/pt-br.php>>.
Acesso em: 15 ago. 2016.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **FONAPRACE Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares.** 2012. Disponível em: <<http://www.prace.ufop.br/novo/pdfs/fonaprace/Revista%20Fonaprace%2025%20Anos.pdf>>.
Acesso em: 9 jun. 2016.

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. (Org.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: E. da UFRGS, 2009. (Educação a Distância).

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v.2, n. 56, p. 137-160, abr./jun. 2005. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2565>.
Acesso em: 25 fev. 2015.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** 2012. 180 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MALACARNE, V. **Assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior do Estado do Rio Grande do Sul: do assistencialismo a cidadania.** 1997. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Manual de gestão do Programa de Bolsa Permanência.** Brasília, 2013. Disponível em: <<http://permanencia.mec.gov.br/docs/manual.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

_____. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007.** Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2015.

_____. **Reuni: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: diretrizes gerais.** Brasília, DF, ago. 2007. Disponível em: <portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2015.

MOURÃO, L. Discussão metodológica sobre avaliação de programas sociais. In: XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Campus da UERJ, 2007. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_298.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2015.

OLIVEIRA, S. B.; RIOS, R.; VARGAS, M. W.; CARVALHO, C. C. B. Serviço Social na Educação: contribuindo na construção da assistência estudantil. In: OLIVEIRA, S. B.; OLIVEIRA, J. L.; VARGAS, V. R. D.; HOEPNER, C. M. (Org.). **Serviço Social: Políticas Sociais e Transversalidades no Pampa.** São Borja: Faith, 2012.

PEIXOTO, M. C. L. (Org.). **Universidade e Democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso à universidade pública brasileira.** Belo Horizonte: E. UFMG, 2004.

REIS, R. C. S.; MATOS, C. R. N. Perfil do gestor público: elementos para formação e mudanças. In: 1ª Conferência Internacional de Estratégia em Gestão, Educação e Sistemas de Informação (I CIEGESI), 2012, Goiânia-GO. **Anais...** Goiânia: Universidade Estadual de Goiás, 2012. Disponível em: <www.anais.ueg.br/index.php/ciegesi/article/view/781> .
Acesso em: 15 ago. 2016.

- RIOS, R. **Avaliação do Programa Bolsas de Permanência da Universidade Federal do Pampa por seus usuários**. 2011. 92 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.
- ROCHA, M. A. M. **Processo de inclusão ilusória**: a condição do jovem bolsista universitário. 2008. 266 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- RODRIGUES, M. M. A. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011. (Folha Explica).
- SANCHES, R. R. Avaliação de programas de assistência estudantil. **Revista História, Movimento e Reflexão**, vol.1. n.1, 2013.
- SANTOS, A. P.; CERQUEIRA, E. A. Ensino superior: trajetória histórica e políticas recentes. In: IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 2009, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/35836>>. Acesso em: 25 fev. 2016.
- SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- SISTEMA e-MEC. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 9 jun. 2016.
- SOARES, V. B.; OHAYON, P.; ROSENBERG, G. O Perfil e a formação do administrador público: uma análise curricular em seis instituições de ensino superior do Brasil. In: II Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade (EnEPQ), 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2009. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2009/ENEPQ178.pdf>. Acesso em 15 ago. 2016.
- YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.